



**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE TEOLOGIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
CURSO DE PSICOLOGIA**

VICTÓRIA PINHO BANDEIRA

**A PERMANÊNCIA DE MULHERES EM RELAÇÕES ABUSIVAS NA
PERSPECTIVA DA TERAPIA DO ESQUEMA**

**Rio de Janeiro
2025**

VICTÓRIA PINHO BANDEIRA

**A PERMANÊNCIA DE MULHERES EM RELAÇÕES ABUSIVAS
NA PERSPECTIVA DA TERAPIA DO ESQUEMA**

Monografia apresentada ao Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro como requisito parcial para a obtenção do título de bacharel em psicologia.

Luciana Brooking
Teresa Dias

Rio de Janeiro
2025

Agradecimentos

A todos que me auxiliaram e apoiaram nessa caminhada, que me ajudaram a crescer não só como profissional, mas como sujeito rodeado de amor – deixo meus agradecimentos.

À minha mãe Cláudia, que com sua generosidade me passou princípios importantes que carrego na profissão. Ao meu pai Ricardo, que sempre me faz rir e me apoia em tudo. Obrigada por me proporcionar tantas oportunidades e me fazer ver a vida por outro ângulo.

Aos meus irmãos Guilherme e Fernanda, que sempre posso contar.

À minha irmã Flávia, que merece todo o amor e valorização e que me amparou quando mais precisei. Agradeço por me fazer rir nos momentos difíceis e me fazer ver a vida de maneira mais leve.

A Giovanna, que para mim é sinônimo de conforto e afeto. Agradeço por me deixar desaguar quando tudo está difícil. Que sorte a minha ter te encontrado nessa vida.

Ao meu amigo Luiz, minha companhia meu melhor achado da faculdade, que me ensinou o que é ter ternura. Sentia sua falta antes mesmo de te conhecer. Mesmo com um frio na barriga, é reconfortante saber que estou compartilhando esse momento com você.

Aos meus amigos de caminhada Cecília, Carol e Renato, que sempre me ajudaram e me proporcionaram momentos felizes. Sem vocês a faculdade não seria a mesma.

A minha amiga Maria, com quem posso compartilhar meu lado de copas. Obrigada por me mostrar que posso ser além do que quero.

Não poderia deixar de mencionar meu gato Apolo, meu sol que iluminou meus dias mais difíceis com seu amor.

À Sasha, a pessoa mais iluminada que já conheci. Uma grande amiga que me ensinou a sustentar o que parecia insustentável de sorriso no rosto e gratidão no coração.

Agradeço à minha orientadora Prof Luciana Brooking, por me auxiliar nesse momento importante, e a Prof Renata Paes, que supervisionou meu estágio no SPA e me fez ter a certeza da prática clínica.

Por fim, à minha primeira paciente - uma borboleta que me ensinou o que é ressignificar.

Resumo

A violência por parceiro íntimo é a forma mais comum de violência contra a mulher, gerando impactos significativos em sua saúde mental. O objetivo do presente estudo foi compreender fatores que contribuem para a permanência de mulheres em relacionamentos abusivos, bem como as contribuições da Terapia do Esquema acerca do tema. A pesquisa se baseia em uma Revisão Bibliográfica baseada na coleta e análise de dados acerca de relações abusivas na perspectiva da Terapia do Esquema. Foi possível identificar a eficácia e sensibilidade da abordagem para desenvolver o tema em questão e de auxiliar no desenvolvimento de estratégias mais saudáveis de vinculação afetiva. Foram feitas buscas nas bases como como MEDLINE/PubMed, *SciELO*, PsycINFO, através de combinação dos descritores encontrados. Notou-se uma escassez em estudos envolvendo a Terapia do Esquema relacionada a fatores que mantêm mulheres em relacionamentos abusivos, sendo perceptível que se faz necessário que mais estudos sejam realizados pela abordagem, nesse sentido. A partir dos estudos analisados, conclui-se que ao ter contato com acompanhamento psicológico e ao sair da situação de violência, existe a possibilidade de maior consciência dessas mulheres de suas próprias necessidades e vulnerabilidades. Nesse sentido, ao identificar fatores que fazem mulheres permanecerem em relações abusivas sob o prisma da Terapia do Esquema, é possível também ampliar as contribuições da abordagem na perspectiva de desenvolvimento de estratégias mais saudáveis de vinculação afetiva. Dessa forma, espera-se que futuros trabalhos possam aprofundar a análise da permanência de mulheres em relações marcadas por abusos e violências, contribuindo no acolhimento dessas mulheres.

Palavras-chave: Terapia do Esquema, Relacionamento abusivo, Violência por parceiro íntimo, Esquemas iniciais desadaptativos.

Sumário

Sumário.....	4
Introdução.....	5
Método.....	7
Relações Abusivas	13
Terapia do Esquema	16
Relações Abusivas na perspectiva da Terapia do Esquema	18
Domínio de Desconexão e Rejeição	18
Domínio de Autonomia e Desempenho Prejudicados	20
Domínio de Limites Prejudicados.....	20
Domínio de Orientação para o Outro.....	21
Domínio de Supervigilância e Inibição	22
Processos Esquemáticos	23
Modos Esquemáticos	24
Considerações Finais	25
Referências Bibliográficas.....	27

Introdução

De acordo com a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS, 2025), uma em cada quatro mulheres entre 15 e 49 anos sofreu violência física ou sexual por parte do parceiro íntimo no continente americano. A violência por parceiro íntimo é a forma mais comum de violência contra a mulher, de acordo com as Nações Unidas (2022), tal violência contra as mulheres define-se por "qualquer ato de violência de gênero que resulte ou possa resultar em danos ou sofrimentos físicos, sexuais ou mentais para as mulheres, inclusive ameaças de tais atos, coação ou privação arbitrária de liberdade, seja em vida pública ou privada". Sob essa ótica, uma das questões a ser investigada e compreendida dentro deste campo seria em relação aos fatores mantenedores de mulheres em relações abusivas, visto os danos vigentes em sua saúde física e mental, entre outros.

Diante desse cenário, propõe-se a delimitação do que consistem relacionamentos íntimos abusivos. Nessa perspectiva, são relacionamentos marcados por dinâmicas de poder e domínio, exercidas por meio de algum tipo de violência (Zibenberg & Costa, 2023). Nesse sentido, o relacionamento abusivo é compreendido e caracterizado por uma dinâmica de relacionamento disfuncional em que ocorrem abusos de diferentes formas - como físico, psicológico, sexual, patrimonial e moral ao parceiro. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2021), cerca de um terço das mulheres que já tiveram um relacionamento sofreram violência física ou sexual por parte do parceiro. A partir da permanência no ciclo da violência e da reincidência nos casos por parceiro íntimo, fica notória a necessidade de investigar possíveis fatores que fazem essas mulheres permanecerem em relações apesar de serem atravessadas pelo abuso.

Dentro desse contexto, é importante salientar que a violência doméstica e o feminicídio representam dados estatísticos mensuráveis no contexto das relações abusivas, uma vez que são passíveis de registro formal em boletins de ocorrência e por deixarem, com frequência, vestígios físicos visíveis. Em contraste, os abusos de natureza psicológica tendem a permanecer invisibilizados, pois existe uma dificuldade de nomeá-la como uma violência entre as mulheres (Göttems & Torman, 2024).

Referente ao panorama histórico, para abordar a questão da violência doméstica, é fundamental refletir criticamente sobre as normas de gênero. A violência contra as mulheres é frequentemente invisibilizada devido à falta de compreensão acerca das dinâmicas de poder associadas ao gênero, intrínsecos no imaginário cultural, e aos lugares sociais historicamente atribuídos dentro desse panorama. Nesse sentido, o sistema patriarcal impõe na sociedade uma relação de dominação sobre as mulheres, buscando legitimar, inclusive, a violência contra elas

como forma de punição e castigo (Mol & Gazzola, 2024). Assim, a cultura do patriarcado molda não apenas as relações interpessoais, mas também as respostas institucionais e sociais diante desses crimes, além de muitas vezes resultar na culpabilização das vítimas, minimizando a responsabilidade dos agressores e perpetuando a impunidade (Viana & Costa, 2024).

No contexto brasileiro, de acordo com o Artigo 5º da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial. No que se delimitou a respeito de uma relação abusiva, é notório sua relação com os casos de violência doméstica, entretanto é difícil mapear estimativas de mulheres em relações abusivas sem que sofram violências extremas, como o feminicídio, por razão das subnotificações e do não reconhecimento da violência antes das agressões físicas. Um levantamento feito pela Agência Patrícia Galvão (2023) revela que duas em cada dez mulheres brasileiras (22%) afirmam já ter sido ameaçadas de morte por um parceiro ou ex-parceiro. Nesse aspecto, é notória a repercussão desses atravessamentos na saúde mental de mulheres vítimas de relações íntimas abusivas.

Outrossim, segundo Baldissera et al. (2021), a Terapia do Esquema (TE) pode ser uma abordagem eficaz no tratamento de indivíduos envolvidos em relacionamentos conjugais abusivos, ajudando a modificar padrões de comportamento disfuncionais. Assim, no que se refere à Terapia do Esquema, é relevante investigar quais esquemas e padrões disfuncionais estão relacionados a essa permanência em ciclos de abuso em relações afetivas. Os esquemas desadaptativos, conforme Young et al. (2008), são padrões de interpretação de experiências que influenciam a maneira como a pessoa percebe a si mesma, os outros e o mundo. Esses esquemas geralmente surgem em resposta a experiências de vida negativas ou traumas, como negligência, abuso ou interações familiares disfuncionais, tornando-se desadaptativo quando causam sofrimento emocional ou levam a comportamentos disfuncionais.

Dessa forma, este estudo visa contribuir para o campo da Psicologia, investigando os fatores mantenedores que dificultam a saída de mulheres de relacionamentos abusivos, analisando esse fenômeno sob a ótica da Terapia do Esquema. Para tanto, o estudo buscará compreender como os esquemas disfuncionais desenvolvidos por essas mulheres influenciam sua percepção, comportamento e escolhas afetivas na vida adulta, perpetuando dinâmicas relacionais prejudiciais. Além de mapear esses esquemas desadaptativos, a pesquisa pretende avaliar a eficácia da Terapia do Esquema como abordagem terapêutica sensível às necessidades específicas dessas mulheres, auxiliando no desenvolvimento de estratégias mais saudáveis de vinculação afetiva.

Método

O trabalho segue os preceitos da revisão bibliográfica, com a finalidade de fazer um levantamento, síntese e análise de pesquisas científicas. A seleção dos materiais foi realizada por meio de uma busca sistematizada em bases de dados científicas como MEDLINE/PubMed, *SciELO*, PsycINFO, utilizando descritores como “Terapia do Esquema”, “relacionamento abusivo”, “violência por parceiro íntimo” e “esquemas iniciais desadaptativos”. Assim, os dados extraídos da seleção foram organizados e categorizados com base em temas recorrentes relacionados à permanência das mulheres em relações abusivas, ao impacto psicológico dessas experiências e à eficácia e papel da Terapia do Esquema nesse contexto.

No que tange aos critérios de inclusão, a análise centrou-se em artigos publicados entre 2019 e 2025, em português e inglês. Ademais, o público alvo foram mulheres adultas, que tenham estabelecido relacionamentos afetivo-sexuais com parceiros independente do sexo (relações heterossexuais e homossexuais). Além disso, artigos que incluem a Terapia do Esquema como abordagem terapêutica em casos de abuso na dinâmica conjugal e a utilizam como referencial teórico, assim como analisam esquemas iniciais desadaptativos relacionados a relacionamentos afetivos. Também foram incluídas as contribuições de Jeffrey Young e livros da literatura correlata.

Por fim, os critérios de exclusão compreenderam artigos que se restringiram a outras abordagens terapêuticas (como TCC tradicional, Psicanálise, Terapia Sistêmica, Dialética), sem menção à Terapia do Esquema. Ainda, foram excluídas publicações que tratam de violência pontual e não por parceiro íntimo, assim como estudos que envolvem mulheres que apresentavam comorbidades como Transtorno por Uso de Substância. Esses critérios evitaram variáveis de interferência no estudo, uma vez que são aspectos que poderiam confundir os resultados ou desviar o foco da análise específica sobre o papel da Terapia do Esquema na relação conjugal abusiva.

Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, 7 artigos foram selecionados para compor esta revisão, os quais estão sumarizados no Quadro 1. Constatou-se um déficit na produção científica sob o prisma da Terapia do Esquema para a temática, uma vez que não foram encontrados uma quantidade expressiva de artigos dentro dos critérios supracitados.

Quadro 1

Autor/Ano	Título	Local	Amostra	Instrumentos	Objetivo	Método	Consideração final
Algarves et al., 2023	Esquemas iniciais desadaptativos de mulheres em situação de violência por parceiro íntimo	Centro de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência (CRAM), São Luís – MA, Brasil	40 mulheres - de 19 a 59 anos.	Formulário de Identificação da Mulher; Questionário de Esquemas de Young (Young Schema Questionnaire, YSQ-S3); Escala de Violência entre Parceiros Íntimos (EVIPI)	Analisar os EIDs de mulheres em situação de violência perpetrada por parceiro íntimo.	Quantitativo	Os achados ampliam a discussão sobre as variáveis relacionadas à violência contra as mulheres, consolidando a importância da avaliação dos EIDs.
Barbosa et al., 2019	Domínios Esquemáticos Apresentados por Mulheres em Situação de Violência	Projeto Plantão Psicológico na Delegacia Especializada de	16 mulheres em situação de violência conjugal (+18 anos).	Protocolo de atendimento do Plantão Psicológico; Inventário dos Esquemas de Jeffrey Young (YSQ-S3).	Identificar domínios esquemáticos e tipos de violência sofrida em um	Delineamento transversal.	Os domínios Supervigilância/inibição e Desconexão/rejeição tiveram os dois maiores escores. As características dos EID's que compõem os domínios podem dificultar o empoderamento da mulher perante a violência. Possibilidades de

	Conjugal	Atendimento à Mulher (DEAM); Rio Grande do Sul, Brasil.			grupo de mulheres.		indicar assistência psicológica às mulheres vítimas de violência conjugal, ao descrever e analisar os dilemas cognitivos vivenciados pelas mesmas.
Baldissera et al., 2021	Contribuições da Terapia do Esquema em relacionamentos conjugais abusivos: uma revisão narrativa	Santa Cruz do Sul, RS, Brasil.		Bases de dados científicas, tais como: Scielo, BVS, Pubmed e Psycinfo.	Revisar as contribuições da Terapia do Esquema nos relacionamentos amorosos que apresentam violência contra a mulher perpetrada pelo parceiro íntimo.	Revisão narrativa da literatura.	O conhecimento de questões psicológicas que contribuem para que a mulher permaneça em relacionamentos com presença de violência, da mesma forma que se disponibilizam intervenções terapêuticas que auxiliam na modificação do padrão de interação destrutivo estabelecido pelo casal, sendo este principal foco e contribuição. A permanência em um relacionamento conjugal abusivo e mesmo a escolha do parceiro íntimo podem estar associados à manutenção de um esquema.
Magalhães et al., 2022	Relacionamentos abusivos à luz da			Bases de dados: Scielo Citation	Revisão sistemática da	Revisão sistemática da	A violência doméstica e cibernética apresentou relação com as EID's de

	terapia dos esquemas: uma revisão sistemática			Index (Web of Science), Scopus (Elsevier), MEDLINE/PubMed (via National Library of Medicine) e American Psychological Association (APA)	permanência de mulheres em relacionamentos abusivos, a partir da Terapia dos Esquemas.	literatura.	subjulação, privação emocional, negatividade, isolamento social/alienação e abandono, bem como o agravamento dessas situações em decorrência do contexto pandêmico da covid-19.
Monteiro et al., 2022	A permanência de mulheres em relacionamentos abusivos à luz da Terapia dos Esquemas	Universidade Federal de Campina Grande, Brasil.	5 participantes mulheres (+18 anos), em um relacionamento estável há pelo menos um ano.	Entrevista semi-estruturada.	As motivações que levam as mulheres a permanecerem em relações abusivas.	Qualitativo	Foi postulado sobre os danos físicos e as motivações que levam as mulheres a permanecerem em relações abusivas, o seu conhecimento acerca do que é um relacionamento abusivo, além de compreender os malefícios que a violência psicológica traz a saúde mental das mulheres sob a luz da TE.
Pilkington et al., 2021	Early maladaptive	Victoria, Austrália.		Banco de dados: CINAHL, PsycInfo,	Sintetizar as evidências da	Revisão sistemática e	Indicou-se que a vitimização por violência doméstica apresentou uma

	schemas and intimate partner violence victimization and perpetration: A systematic review and meta-analysis			MEDLINE.	relação entre Esquemas Iniciais Desadaptativos e Violência por parceiro íntimo.	meta-análise.	associação moderada com os domínios de Desconexão e Rejeição e Autonomia Prejudicada, e uma pequena associação com a Orientação para o Outro. Os esquemas de Abuso por Desconfiança e Vulnerabilidade ao Dano foram moderadamente correlacionados com a vitimização. O Abuso por Desconfiança também foi implicado na perpetração, mas os dados disponíveis foram insuficientes para a meta-análise. As evidências sugerem que ser vítima de violência doméstica está associado à expectativa de que as necessidades de amor e segurança não serão atendidas e à dúvida quanto à capacidade de lidar com responsabilidades ou ter sucesso na vida.
Toledo e Peixoto, 2024	Esquemas iniciais	Centro Especializado	20 mulheres, idades entre 30	Questionário de Esquemas de Young	Identificar Esquemas	Quantitativa-qualitativa	Os resultados mostraram a presença de esquemas iniciais desadaptativos,

	<p>desadaptativos e modos esquemáticos em mulheres vítimas de violência doméstica</p>	<p>de Atendimento à Mulher (CEAM), Nova Iguaçu, RJ, Brasil.</p>	<p>e 69 anos, vítimas de violência doméstica no contexto do relacionamento amoroso, primeiro atendimento pelo CEAM entre 2015 e 2021, dentro do período em que sofreram agressão.</p>	<p>– versão reduzida (Young Schema Questionnaire YSQ-S3); Inventário de Modos (Schema Mode Inventory); entrevista semiestruturada.</p>	<p>Iniciais Desadaptativos e Modos Esquemáticos, no contexto de relacionamentos amorosos.</p>		<p>principalmente no primeiro domínio – Desconexão e Rejeição – e no quarto domínio – direcionamento para o outro. Sugere-se que essas variáveis podem aumentar a vulnerabilidade das mulheres à violência.</p>
--	---------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------	--	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Relações Abusivas

Os relacionamentos abusivos são caracterizados pelo atravessamento de violências no contexto de um vínculo conjugal afetivo entre as partes. Todavia, existe a dificuldade em reconhecer a violência, devido a interpretação de comportamentos controladores e opressivos como demonstrações de cuidado ou amor, mascarando o abuso e favorecendo sua naturalização (Jesus & Alves, 2025).

No contexto brasileiro, essa problemática é interceptada e agravada pela estrutura social patriarcal que dificulta o reconhecimento das relações abusivas. De acordo com Santos (2018), a violência contra as mulheres aparece como uma manifestação do poder masculino dentro de uma sociedade patriarcal, apontando que o tema da violência conta a mulher é perpassado por relações desiguais de gênero. Assim, a estrutura patriarcal que coloca a mulher como socialmente submissa contribui para o mascaramento dessas violências vivenciadas nas relações conjugais, uma vez que são normalizadas culturalmente.

Para proteger as mulheres diante dessa desigualdade foi criada a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340, 2006) e a Lei do Feminicídio (Lei nº 13.104, 2015). O Art. 7º da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340, 2006) enumera e define as formas de violência que mulheres podem sofrer, dentre elas a violência física, psicológica, sexual, patrimonial ou moral. Essas formas de violência, especificamente dentro de uma relação afetiva íntima, são definidas pela OMS (2022) dentro do escopo da Violência Provocada por Parceiro Íntimo (VPI). Por sua vez, o feminicídio é a manifestação extrema da violência contra a mulher, sendo definido como o assassinato intencional com a condição relacionada ao gênero (ONU Mulheres, 2024). Nesse sentido, a implementação dessas legislações foram importantes marcos para a incorporação do Estado frente à violência contra as mulheres.

Entre as violências supracitadas, a física ainda é a manifestação mais visível, sendo um indicador marcante de que uma relação é abusiva. É entendida como violência física como qualquer conduta contra a saúde e integridade corporal da mulher, como lesões, estrangulamento, sacudir e apertar os braços, entre outros (Lei nº 11.340, 2006). No entanto, o impacto desse tipo de agressão vai além dos limites aparentes. A autópsia cerebral de mulheres que sofreram violência doméstica demonstrou danos substanciais vasculares e na substância branca no cérebro, revelando sequelas significativas associadas à violência contínua (Dams-O'Connor et al., 2023). Nesse âmbito, as sequelas incluem risco de doenças neurodegenerativas e alterações neuropsicológicas significativas. Assim, evidencia-se a complexidade desse contexto e seu impacto notoriamente significativo na vida dessas mulheres.

Outrossim, deve-se considerar que não só aspectos relacionados à violência física estão

intrínsecos a relação abusiva, mas também a dinâmica psicológica encontrada nesse relacionamento (Zibenberg & Costa, 2023). No tocante à violência psicológica, a mulher é vítima de comportamentos de ofensas, humilhação, manipulação, intimidação e culpabilização. Nesse sentido, a violência psicológica é muito sutil e, por vezes, socialmente aceita (Lima & Santos, 2022).

Dessa forma, o abuso psicológico é subnotificado e pode se relacionar ao não reconhecimento de situações psicologicamente abusivas como violência (Vasconcelos et al., 2024). Segundo os estudos de Tanizaka et al. (2021), são apontados sintomas psicológicos/psiquiátricos como ansiedade, depressão, ideação suicida, dificuldade ao tomar decisões e tensão em mulheres que vivenciam relacionamentos abusivos. Sendo assim, são demarcados pelo sofrimento psíquico pareados às situações de violência praticada por parceiro íntimo, impactando de forma evidente sua saúde mental.

No âmbito da violência sexual, dentro das relações afetivas há uma forte inviabilização devido à falsa crença de que o relacionamento conjugal em si implica consentimento, com os abusos sexuais sendo violências apontadas a estranhos, não ao próprio parceiro. Nesse contexto, existe uma dificuldade maior em identificar violências sexuais cometidas por parceiro íntimo do que outras formas de VPI (Mascarenhas et al., 2020). Assim, a violência sexual, em particular, é uma das formas mais estigmatizantes de abuso, e, portanto, continua sendo amplamente subnotificada (OPAS/OMS, 2021).

Além disso, é importante citar que com o crescente das tecnologias e o acesso às redes sociais, o abuso digital foi um meio agravante adicionado aos tipos de violência sofridos em um relacionamento abusivo. O envio de fotos íntimas e gravações não consensuais de atos sexuais são formas de violência sexual e psicológica, que apesar de não especificados na Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340, 2006), podem ser englobados, uma vez que a lei considera a conduta realizada, não especificamente o meio utilizado. Foi determinado que a pena para o crime de violência psicológica contra a mulher será aumentada pela metade se o delito for cometido com uso de Inteligência Artificial, ou qualquer outro recurso tecnológico que altere a imagem ou som da vítima (Ministério das Mulheres, 2025).

A falta de recursos financeiros também contribui para a permanência dessas mulheres em relações marcadas pela violência. No que se refere a danos patrimoniais, configuram-se condutas que visam controlar o contexto financeiro da vítima, a privação de bens ou recursos econômicos, destruição de documentos pessoais e objetos de valor, como aparelhos eletrônicos. Nesse sentido, o agressor se aproveita da fragilidade financeira da vítima para mantê-la sob sua posse, uma vez que, ao terminar a relação, ela, em alguns casos, não tem perspectiva ou meios

de manter-se economicamente (Resende de Melo et al., 2024).

No que tange à violência moral, são consideradas condutas que causem dano à reputação ou honra da mulher, como difamação, calúnias e injúrias. Dessa forma, o agressor degrada a vítima, emitindo juízos morais sobre sua conduta e expondo a vítima a situações de humilhação, minando sua credibilidade social. Nesse contexto, a divulgação de cenas de estupros, sexo ou pornografia registrou mais de 7 mil casos, 47% a mais em comparação ao ano de 2022 (DPES, 2024), evidenciando tanto a tentativa de expor a mulher quanto o atravessamento das tecnologias nos diferentes tipos de violência contra a mulher.

Por conseguinte, o ciclo da violência é um padrão de comportamento recorrente em relações afetivas marcadas pelo abuso. Desenvolvido por Walker (1979), essa teoria foi baseada em estudos feitos com mulheres sobreviventes de violência doméstica, caracterizado por três fases distintas: tensão, explosão e lua de mel. Na primeira fase, ocorrem conflitos e tensões que se acumulam; a segunda fase é marcada por um episódio agudo de violência, física ou psicológica, cometida pelo parceiro; por fim, na lua de mel, o agressor demonstra arrependimento e promessas de mudança, criando uma ilusão de reconciliação que mantém a vítima no relacionamento. Nesse contexto, são múltiplos os motivos que dificultam a decisão da mulher de romper com o ciclo de violência, como os seguintes: filhos; ameaças de morte; escândalos no trabalho da mulher; esperança de mudança de comportamento; dependência financeira; falta de moradia; não querer prejudicar o agressor; vergonha; chantagem; entre outros (Sousa & Schütz, 2023), assim as fazendo permanecer nessas relações.

Perante o exposto, nota-se que esse ciclo no qual a mulher se encontra mina sua autonomia e autoestima, normalizando, assim, a violência vivenciada e dificultando sua saída da relação abusiva. Além disso, as vítimas frequentemente experimentam uma queda na autoestima e na autoconfiança devido aos abusos sofridos, o que pode afetar sua capacidade de se relacionar com os outros e de se sentir segura em seu próprio ambiente (Bif et al., 2024). Ainda, é preciso destacar que muitos agressores isolam a vítima de sua família e rede social, minando sua rede de apoio.

Diante disso, contribui-se para a permanência das mulheres nesse ciclo de violência na relação afetiva, sendo notória a dificuldade em nomear as experiências vividas como violência por parte das mulheres. Nesse contexto, é difundida a ideia de que a violência se restringe a atos praticados por estranhos, e, por mais que uma pequena parcela de mulheres reconhecessem o que vivenciaram como violência, não é percebido como uma violação de direitos (Lima et al., 2025). Assim, atribui-se uma aceitação desses fatos como eventos que fazem parte da vida, sem que haja real mensuração de seu impacto em suas vidas. Dessa forma, a permanência de

mulheres em relações abusivas é multifatorial, com impactos significativos de ordem psicológica.

Diante do exposto e do notório impacto na saúde mental das mulheres vítimas de relações abusivas, torna-se pertinente a discussão de um caminho terapêutico para o acompanhamento psicológico dessas vítimas. Nesse sentido, a Terapia do Esquema (Young et al., 2008) se apresenta como uma abordagem eficaz e promissora para essa problemática, visto que permite a intervenção diretiva nos processos esquemáticos, que visem o rompimento da perpetuação esquemática (Baldissera et al., 2021). Um diferencial importante da TE é o avanço que ela traz para o tratamento de casos refratários e transtornos de personalidade (Zhang et al., 2023). Assim, com um foco afetivo, psicoeducativo e resolutivo, pode contribuir positivamente no tratamento psicoterapêutico e para que essas mulheres possam, de fato, identificar, compreender e modificar os padrões emocionais e cognitivos disfuncionais que as mantém na dinâmica abusiva.

Terapia do Esquema

A Terapia do Esquema (TE), estabelecida por Jeffrey E. Young, Janet Klosko e Marjorie Weishaar (2008), agrega pressupostos teóricos da Teoria do Apego, da Gestalt, Psicanálise e da Terapia Cognitivo-Comportamental. Nessa perspectiva, busca dar maior ênfase nas experiências da infância e na relação terapêutica com veículo de mudança, sendo as ativações emocionais em terapia uma parte importante do processo (Fiuza & Godoy, 2021). Outro aspecto importante na abordagem seria o temperamento e sua interação com os eventos da infância para a formação de esquemas.

Os esquemas consistem em um padrão de funcionamento emocional e cognitivo iniciados nas etapas iniciais do desenvolvimento (Young et al., 2008). Nesse contexto, os esquemas podem ser adaptativos, relacionados a vivências positivas, ou desadaptativos, originados de vivências traumáticas primárias e podem refletir de forma negativa nas vivências subsequentes. Além disso, os Esquemas Iniciais Desadaptativos (EIDs) são vistos como absolutamente verdadeiros e são bastante refratários à avaliação lógica de seu conteúdo (Wainer et al., 2016). Dessa forma, os esquemas estão na base do desenvolvimento e personalidade, influenciando como o indivíduo enxerga os relacionamentos interpessoais, a si mesmo e o mundo.

Na vida adulta, os esquemas são reativados quando o indivíduo se depara com situações que simbolicamente remete às vivências do desenvolvimento, fazendo-o reviver o sofrimento original. No que se refere aos EIDs, eles se originam de necessidades emocionais fundamentais

não supridas durante o desenvolvimento. Young et al. (2008) identifica 18 EIDs, que são agrupados em cinco categorias de necessidades emocionais básicas a serem satisfeitas: 1. vínculos seguros; 2. autonomia e desempenho; 3. limites realistas; 4. direcionamento para o outro e 5. espontaneidade e lazer. A insatisfação dessas necessidades pelos pais ou cuidadores originam os domínios esquemáticos (DE).

O primeiro domínio seria, portanto, de Desconexão e Rejeição, englobando não sentir-se amado, acolhido e cuidado. O segundo domínio está relacionado a Autonomia e Desempenho Prejudicados, interferindo na percepção de independência. O terceiro domínio consiste em Limites Prejudicados, que refletem a existência de regras e o respeito aos limites do outro, e quando não satisfeito, reflete a falta de limites internos e responsabilidade. O quarto domínio engloba a Orientação para o Outro, relacionando-se com a supressão das próprias necessidades para conseguir amor e aprovação. O último domínio está relacionado à Supervigilância e Inibição, caracterizando-se pela supressão de sentimentos e impulsos de forma rígida.

Outro conceito importante de mencionar da TE são os processos esquemáticos (PEs), que consistem em mecanismos e ações típicos que o organismo utiliza ao longo do tempo para perpetuar os EIDs. Eles foram desenvolvidos ao longo da vida como a melhor forma, naquele momento, de se adaptar às condições ambientais a que o indivíduo foi exposto (Wainer et al., 2016). Assim, a manutenção dos EIDs é feita por três estilos de enfrentamento disfuncionais, que correspondem a respostas de luta, fuga e congelamento frente a ativação de um esquema: a resignação (aceitação passiva do esquema), a evitação (fuga através de distrações ou substâncias) e a hipercompensação (tentativa de agir como se o oposto do esquema fosse verdadeiro). Inicialmente adaptativos no contexto infantil, esses comportamentos tornam-se desadaptativos na vida adulta, fortalecendo o ciclo do esquema.

Nesse sentido, padrões disfuncionais têm um impacto relevante e significativo nas relações íntimas. Indivíduos tendem a buscar parceiros ou criar dinâmicas que confirmem suas crenças primárias, como postulam Cardoso e Paim (2023) nos preceitos da química esquemática. As relações baseadas em EIDs são marcadas por conflito e hostilidade, podendo, assim, estar associadas à violência conjugal, onde EIDs correlacionam-se com a perpetração ou vitimização.

Outrossim, os modos dos esquemas (MEs), ou modos esquemáticos, são padrões característicos de funcionamento do indivíduo nas relações interpessoais que agrupam em si certo número de EIDs e de PEs. Desse modo, os MEs são caracterizados como estados emocionais momentâneos que manifestam respostas adaptativas ou desadaptativas na ativação de esquemas (Young et al., 2008). Um ME consiste em um estilo global de funcionamento do

indivíduo em situações específicas de ativação emocional. É o estado predominante da pessoa em um momento e inclui sentimentos, pensamentos, formas de enfrentamento saudáveis ou não que são vivenciados naquela situação (Wainer et al., 2016). A TE descreve quatro tipos principais de modo: modo criança, modos de enfrentamento desadaptativo, modos pais disfuncionais e modo Adulto saudável, sendo este o mais adaptativo entre os citados.

O objetivo central da Terapia de Esquema é, portanto, auxiliar o indivíduo a substituir esses padrões desadaptativos por ações adaptativas, promovendo uma compreensão mais benéfica de si mesmo. O foco não é a erradicação dos esquemas, mas a redução de sua intensidade e a modificação da resposta à sua ativação, rompendo o ciclo disfuncional e permitindo que as necessidades emocionais básicas sejam, finalmente, satisfeitas de maneira saudável.

Relações Abusivas na perspectiva da Terapia do Esquema

A Terapia do Esquema salienta a influência dos esquemas na escolha do parceiro e na dinâmica da relação amorosa (Baldissera et al., 2021). Nesse aspecto, pode-se observar um padrão em mulheres vítimas de VPI, como uma relação distante com o pai ou a mãe, ou com ambos, e uma idealização das relações íntimas e do amor romântico (Monteiro et al., 2022). Desse modo, considerando a permanência das mulheres em relações abusivas e a associação aos EIDs, o acesso aos domínios esquemáticos mais ativos ajuda a compreender o ciclo da violência e as dificuldades atreladas ao seu rompimento (Barbosa et al., 2019).

Assim, é notória a relevância da análise do escopo selecionado, que permitiu identificar os Domínios Esquemáticos (DEs), Processos Esquemáticos (PEs) e Modos Esquemáticos (MEs) mais prevalentes e pertinentes em mulheres que vivenciam relações abusivas, conforme detalhado a seguir.

Domínio de Desconexão e Rejeição

Em consonância, esse foi o domínio predominante nos estudos selecionados, com destaque para os esquemas de Abandono/Instabilidade e Desconfiança/Abuso. De acordo com Toledo e Peixoto (2024), entende-se que esse domínio contribui na atração e manutenção de relações nas quais essas mulheres não terão suas necessidades emocionais básicas de cuidado e estabilidade atendidas.

No que se refere à ativação do esquema abandono/instabilidade, pode-se aferir que essas mulheres podem apresentar uma falsa crença de que nunca irão poder se relacionar de forma sincera e segura com alguém (Barbosa et al., 2019). Diante deste esquema disfuncional, essas

mulheres acreditam que as relações são instáveis e que podem ser abandonadas a qualquer momento (Algarves et al., 2023). A partir dessa conjuntura, pode-se resultar uma aceitação de relações marcadas pelo controle do parceiro através da violência, sugerindo sua permanência nessas relações apesar da violência sofrida.

Em relação ao esquema de desconfiança/abuso, torna-se persistente a sensação de impossibilidade de formar vínculos seguros e satisfatórios com os outros (Algarves et al., 2023). Nesse âmbito, sob a influência desse esquema, essas mulheres tenderiam a acreditar que, logo que tiverem uma oportunidade, os outros poderão usá-la para fins egoístas, e, assim, suas necessidades de estabilidade e cuidado não seriam atendidas. Em vista disso, corrobora-se com os achados de Baldissera et al. (2021) e Pilkington et al. (2021) sobre o EID de desconfiança/abuso.

Conforme apresentam os resultados dos estudos de Pilkington et al. (2021), pessoas com crenças relacionadas à falta de segurança toleram parceiros abusivos, sendo uma ligação significativa entre a exposição a eventos traumáticos ao longo da vida e experiências de violência. De acordo com os estudos de Barbosa et al. (2019), as mulheres em situação de violência que apresentam esse EID podem se sentir coagidas a se manter no ciclo violento, por acreditar que serão abusadas, humilhadas e enganadas por quaisquer pessoas.

Assim sendo, os esquemas desse domínio revelam um ambiente familiar e relacional de violência nas famílias de origem, contribuindo para a formação desses EIDs (Toledo & Peixoto, 2024). Assim, em conjunto, esses EIDs podem levar a uma aceitação do controle violento do parceiro. Nesse caso, a mulher acredita que todas as relações são fundamentalmente inseguras, justificando sua permanência na dinâmica de relacionamento disfuncional. Logo, é importante ressaltar a importância de uma rede de apoio que possa fomentar e mostrar novas possibilidades de relacionamento mais funcionais (Barbosa et al., 2019).

Dessa forma, os EIDs apresentados por essas vítimas de relações violentas estão relacionados com a fragilidade das relações primárias. Assim, deixando essas mulheres suscetíveis à opressão e consequências da violência sofrida, podendo favorecer não somente a permanência neste relacionamento como a repetição desse padrão em outros relacionamentos com outros parceiros.

Também é citado o esquema de Privação Emocional, ligado a sensação de desamparo e falta de compreensão, nos estudos de Algarves et al. (2022), Magalhães et al. (2022) e Monteiro et al. (2022). Ademais, é verificada uma correlação pequena com o esquema de Isolamento Social/Alienação, que consiste na sensação de não pertencimento e diferença em relação aos outros (Algarves et al., 2023; Magalhães et al., 2022).

Por fim, com relação ao esquema de defectividade e vergonha, segundo Barbosa et al. (2019), a mulher na situação de abuso pode se sentir culpada ou ter uma visão negativa sobre si mesma. Assim, considerando tal esquema, tende a acreditar que é merecedora da violência que vivencia e que é responsável pelo sofrimento causado pelo parceiro. Nesse sentido, evidencia-se a importância do apoio social para mulheres que vivenciam relações abusivas e que, em decorrência da situação, ficam fragilizadas e envergonhadas (Barbosa et al., 2019).

Domínio de Autonomia e Desempenho Prejudicados

Como apontado por Pilkington et al. (2021), o segundo domínio pode estar implicado na vitimização de mulheres em situação de abuso, por se sentirem incapazes de se proteger da VPI. Dessa forma, como resultado, não conseguem moldar suas próprias identidades e constituir suas próprias vidas (Toledo & Peixoto, 2024). Nesse aspecto, podem se sentir incapazes de terminar o relacionamento por não terem confiança em sua capacidade de funcionar de forma independente.

A análise dos estudos permitiu identificar que o esquema de Vulnerabilidade ao Dano/Doença foi o mais significativo dentro das pesquisas de Algarves et al. (2023), Barbosa et al. (2019), Baldisserra et al. (2021) e Pilkington et al. (2021). No contexto da violência, a mulher tende a crer que é incapaz de sobreviver sem o parceiro ou que o fim do relacionamento trará consequências devastadoras, inibindo, assim, qualquer tentativa de rompimento.

Ademais, os resultados obtidos permitiram constatar que o EID correlacionado nesse contexto fomenta a percepção da mulher de não ser capaz de terminar o relacionamento por achar que não conseguiria funcionar de forma independente. Nesse sentido, essas mulheres tenderiam a acreditar que não são capazes de lidar com o fim do relacionamento (Algarves et al., 2023), que não conseguirão viver sem o companheiro ou que, se encerrarem a relação, terão um fim trágico, sendo um fator mantenedor na relação.

Domínio de Limites Prejudicados

No que tange a este domínio, não foram encontrados nos estudos uma ativação significativa. É citado nos estudos de Algarves et al. (2023) e Barbosa et al. (2019) uma correlação pequena com o esquema de Arrogo/Grandiosidade, que consiste na crença de ser superior às outras pessoas e de merecer privilégios, na perspectiva de mulheres vítimas de VPI. Entretanto, é válido mencionar que tal esquema é associado tanto à vitimização quanto à perpetração da violência contra o parceiro (Baldisserra et al., 2021).

Domínio de Orientação para o Outro

Segundo a pesquisa de Toledo e Peixoto (2024), 40% da amostra composta por mulheres vítimas de violência doméstica apresentaram EIDs do quarto domínio, “Direcionamento para o outro”. Assim, em consonância com os estudos de Algarves et al. (2023), Barbosa et al. (2019), Baldissera et al. (2021), Magalhães et al. (2022) e Monteiro et al. (2022), o esquema de Autossacrifício foi o mais significativo neste domínio. Este fato é contradito somente no estudo de Pilkington et al. (2021), que pontuaram encontrar nenhuma correlação entre VPI e o esquema de autossacrifício na amostra que selecionaram.

Priorizando excessivamente as necessidades do parceiro em detrimento das próprias, mulheres com o esquema de Autossacrifício buscam aprovação do parceiro para evitar retaliações. Como apontado por Algarves et al. (2023), este padrão as leva a evitar atitudes que possam causar sofrimento ao parceiro, como sair da relação, por exemplo. Dessa forma, os pensamentos e as atitudes dessas mulheres tenderiam a ser guiados pela compreensão de que suas vontades são menos importantes, com o entendimento que o próprio sofrimento é aceitável diante do objetivo maior que é fazer o parceiro feliz.

Em contrapartida, por trás das atitudes que visam agradar ao parceiro, há grande expectativa de retribuição, e essa recompensa, na maioria das vezes, não ocorre, gerando sentimentos de raiva, reprimidos pelo receio da perda do parceiro (Algarves et al., 2023). A submissão dos próprios desejos para atender as necessidades ou os desejos dos companheiros indicou a ampliação da vulnerabilidade dessas mulheres a situações de violência doméstica (Toledo & Peixoto, 2024).

Paradoxalmente, o autossacrifício também pode ser uma estratégia para lidar com o contexto da violência. Dessa maneira, existe a crença de que, ao satisfazer todas as vontades do parceiro, reduzirá a probabilidade de sofrer novas agressões. Ademais, conforme Toledo e Peixoto (2024), pode-se inferir também que esse esquema surge como esforço dessas mulheres para terem suas necessidades emocionais do primeiro domínio, Desconexão e Rejeição, atendidas como uma forma de se submeter ao outro para se manter conectada a ele. Outro fator relevante é que pessoas com características relacionadas ao autossacrifício podem ser percebidas como um “alvo fácil” para agressões, pela compreensão de que não irão se defender devido às suas dificuldades em se posicionar e estabelecer limites.

Assim, por se tratar de um contexto de violência, quanto mais essas mulheres engajam-se em comportamentos que visam exclusivamente a atender às necessidades dos parceiros, acreditando que a probabilidade de sofrerem agressões por parte deles será menor. Em relação

ao tempo de permanência dessas mulheres nas relações violentas, Toledo e Peixoto (2024) apontam que algumas dessas mulheres se resignaram, abrindo mão de seus direitos, não conseguindo formar sua identidade fora da relação com o parceiro abusador e muitas vezes sentindo-se culpadas e não merecedoras de um relacionamento saudável.

Domínio de Supervigilância e Inibição

De acordo com Algarves et al. (2023), a tendência é que mulheres com esquemas pertencentes a esse domínio ocultem seus sentimentos e impulsos, se esforçando para cumprir regras rígidas internalizadas com relação ao seu próprio desempenho, às custas de sua felicidade. Dessa forma, sugerem que essas mulheres desenvolveram formas de enfrentamento desadaptativas a longo prazo, mas que foram adaptativas em determinados contextos. Os esquemas de Negativismo/Pessimismo e Inibição Emocional obtiveram as pontuações mais altas na pesquisa realizada pelos autores supracitados.

No que se refere ao esquema de negativismo/pessimismo, gera-se um sentimento generalizado de desesperança, fazendo com que a mulher acredite que sua situação nunca irá melhorar, independentemente de suas ações. Assim, sob a ótica desse esquema, essas mulheres tendem a nutrir sentimentos de desesperança perante as atitudes do outro, a sensação de que estão completamente deslocadas, que nunca irão alcançar nada do que ambicionam ou que a relação com qualquer parceiro será sempre insatisfatória. Nessa perspectiva, Barbosa et al. (2019) apontam que a preocupação excessiva de que algo ruim pode acontecer, por exemplo, pode ser condizente com o contexto de abuso. Considerando o ciclo da violência, é possível que estes padrões também contribuam para que as mulheres se mantenham na relação violenta. Dessa forma, as vítimas de relacionamentos violentos que pontuam alto no esquema Negativismo/pessimismo podem ter ainda mais dificuldade na superação da situação conflituosa por conta de um viés de percepção negativo sobre a realidade.

O esquema de Inibição emocional refere-se a pessoas que possuem dificuldade em expressar seus sentimentos de forma espontânea, o que pode ser ocasionado pelas situações de violência (Barbosa et al., 2019). De modo similar aos resultados encontrados em Barbosa et al. (2019), foi observado na pesquisa de Monteiro et al. (2022) a presença do esquema de inibição emocional em mulheres em situação de violência.

Ademais, sob interferência desse esquema, como apontam Baldissera et al. (2021), as mulheres nessas situações tenderiam a restringir suas ações, sentimentos e comunicações como forma de evitar serem criticadas e desaprovadas por seus parceiros. Assim, por sua vez, levando à supressão de sentimentos e impulsos como forma de evitar críticas e conflitos nas relações.

Por conseguinte, esses esquemas contribuem para a permanência no ciclo da relação abusiva, pois a mulher se torna menos espontânea, abdica de suas emoções e desenvolve uma visão distorcida e negativa da realidade, dificultando a percepção de um futuro diferente. Logo, nos relacionamentos íntimos, uma série de reações desadaptativas podem provocar uma interação nociva na relação, inviabilizando a validação e reconhecimento das necessidades emocionais da companheira ou companheiro (Toledo & Peixoto, 2024).

Em suma, as mulheres em situação de violência por vezes podem se sentir coagidas a se manter no ciclo violento, por acreditar que serão abusadas, humilhadas e manipuladas por quaisquer pessoas (Algarves et al., 2023). Assim, é possível que, por acreditar que serão julgadas e não compreendidas socialmente, estas mulheres optam por não acionar suas redes de apoio em busca de ajuda (Barbosa et al., 2019).

Além dos domínios esquemáticos, outro aspecto a ser considerado são os processos esquemáticos (PEs), assim como a manutenção dos EIDs feita pelos estilos de enfrentamento disfuncionais e os Modos Esquemáticos (MEs). A ativação de um ou mais EIDs no relacionamento, que normalmente acontece pela revivência de emoções ou situações que foram familiares ou estressantes na infância ou adolescência, gera um estilo de enfrentamento desadaptativo ante a relação amorosa, o cônjuge e os problemas vividos na relação (Paim et al., 2012). Segundo Baldissera et al. (2021), no contexto da relação abusiva, cada EID pode ser operado para gerar respostas de enfrentamento desadaptativas que variam conforme o estilo adotado, as quais contribuem para a ocorrência da perpetração e/ou vitimização da violência.

Processos Esquemáticos

Toledo e Peixoto (2024) postulam que quando as necessidades básicas emocionais não são atendidas, alguns comportamentos disfuncionais podem se manifestar ao longo do desenvolvimento. Desse modo, estes comportamentos desadaptativos desdobram-se como respostas a um esquema, e embora não façam parte dele, ainda terão relação com os estilos de enfrentamento. Assim, conforme apresentam Algarves et al. (2023), no paradoxo de violência, essas mulheres tendem a três estilos de enfrentamento: comportar-se de maneira exageradamente clemente com os parceiros (hipercompensação); evitar os outros por medo de punição (evitação); e tratar a si mesmas de maneira dura e punitiva (resignação), o que as levaria a acreditarem, por exemplo, que merecem ser punidas por seus companheiros.

Dentre os estudos analisados, o EID de abandono/instabilidade foi o mais significativo. Portanto, dentro desse aspecto, segundo Baldissera et al. (2021), uma mulher em resposta de resignação a esse esquema pode escolher um parceiro que não tem compromisso no

relacionamento e, mesmo assim, manter-se muito dependente emocionalmente a ele, ou, na evitação, passar a evitar relacionamentos íntimos. Nessa perspectiva, a química esquemática consiste em manter relacionamentos com parceiros que ativam padrões esquemáticos disfuncionais (Young et al., 2008). Logo, a contextualização de um ciclo esquemático em relações abusivas se dá entre os parceiros que sentem necessidade intensa de estarem juntos, mas que possuem convívio conflituoso.

Na amostra de Toledo e Peixoto (2024), as participantes foram questionadas sobre como normalmente reagiam e qual comportamento manifestavam com seus parceiros no momento da violência. Nesse contexto, 75% das mulheres relataram apresentar comportamento indicando resignação com o relato que no momento da violência se anulam, conseguindo somente chorar, se calando e não reagindo. Nesse panorama, é notório que no momento da violência existe um perigo real, no qual muitas vezes a resposta comportamental mais adaptativa é a resignação. Entretanto, a partir das entrevistas realizadas, infere-se que a tendência é que esse comportamento mais passivo se perpetue.

Modos Esquemáticos

Os modos de esquema também podem auxiliar na compreensão dos mecanismos de enfrentamento desadaptativos que inserem a violência na dinâmica conflitiva estabelecida pelos pares (Young et al., 2008). Ainda na pesquisa de Toledo e Peixoto (2024), é importante salientar que 90% da amostra de mulheres não estavam mais em situação de violência e 95% estiveram ou estavam em acompanhamento psicológico. A partir de tal constatação, pode-se dizer também que esse dado explica a prevalência de ativação no modo Adulto Saudável na amostra, um modo muito funcional e adaptativo alcançado após processo terapêutico, em que as participantes são capazes de identificar suas próprias necessidades e atuar para supri-las dentro do possível.

Em suma, essas mulheres são capazes de buscar relações e atividades mais saudáveis, tendo uma visão mais positiva de si (Wainer et al., 2016). Logo, demonstra-se a partir dos estudos a possibilidade de maior consciência dessas mulheres de suas próprias necessidades e vulnerabilidades ao ter contato com o acompanhamento psicológico e ao sair da situação de violência.

Considerações Finais

Em suma, este estudo visou contribuir para a Psicologia, investigando os fatores que dificultam a saída de mulheres de relacionamentos abusivos sob a perspectiva da Terapia do Esquema. Dessa forma, buscou compreender e articular como os esquemas disfuncionais desenvolvidos por essas mulheres influenciam sua percepção, comportamento e escolhas afetivas na vida adulta, perpetuando dinâmicas relacionais prejudiciais. Foi possível constatar a complexidade atenuante de mecanismos de manutenção do vínculo abusivo e a possibilidade de intervenção da Terapia do Esquema no contexto de relações íntimas abusivas.

Como foi observado na literatura, no que concerne aos esquemas e padrões desadaptativos dessas mulheres, verifica-se que estas apresentam comportamentos de baixa autoeficácia e pouca perspectiva de conseguir sair dessas relações. Sob esse viés, foi possível identificar a presença de esquemas que atuam propriamente na perpetuação do relacionamento abusivo. Nesse sentido, por meio da análise dos estudos revisados, esquemas como Abandono/Instabilidade, Desconfiança/Abuso, Vulnerabilidade ao Dano/Doença, Autossacrifício, Negativismo/Pessimismo e Inibição Emocional emergiram como centrais e mais relevantes em mulheres vítimas de abuso nas relações íntimas.

Além disso, a análise dos dados revelou uma correlação significativa entre os estilos de enfrentamento e os processos esquemáticos, indicando resignação e a tendência de um comportamento mais passivo se perpetuar. Nesse âmbito, o processo esquemático de resignação foi identificado como principal na perspectiva da permanência de mulheres em situações de VPI. Dessa forma, é preciso refletir acerca da falta da rede de apoio, que pode ser minada pelo parceiro nesse contexto, dificultando a ruptura dessa relação.

Conclui-se, a partir dos achados, que mulheres que não estavam mais em situação de violência e estiveram ou estavam em acompanhamento psicológico têm a prevalência de ativação no modo Adulto Saudável, sendo capazes de identificar suas próprias necessidades e atuar para supri-las dentro do possível. Assim, sendo capazes de buscar relações e atividades mais saudáveis e com uma visão mais positiva sobre si mesma, refutando os esquemas. Nessa perspectiva, a TE auxilia no desenvolvimento de estratégias mais saudáveis de vinculação afetiva.

Apesar dos resultados indicarem a relevância dessa abordagem terapêutica, ainda há uma escassez em estudos os quais investigam de forma mais ampla e aprofundada a sua eficácia especificamente no tratamento e permanência de mulheres em relacionamentos abusivos. Os resultados devem ser interpretados, portanto, considerando a limitação quanto à restrição aos artigos estudados. Apesar dessas limitações, esta pesquisa oferece contribuições na medida que

articula uma abordagem psicoterapêutica com a literatura sobre violência contra a mulher, além de salientar fatores mantenedores da dinâmica abusiva.

Dessa forma, espera-se que futuros trabalhos possam aprofundar a análise da permanência de mulheres em relações marcadas por abusos e violências. A partir das descobertas aqui apresentadas, demonstra-se a necessidade de uma maior quantidade de pesquisas e investigações científicas para corroborar e expandir as evidências encontradas. Além disso, destaca-se também a importância de que temáticas relacionadas à violência contra a mulher provocada por parceiro íntimo no campo da Psicologia se expandam, a partir do evidente impacto na vida e saúde mental dessas mulheres. Portanto, este estudo contribui para ampliar o entendimento sobre a permanência de mulheres em relacionamentos abusivos através da perspectiva da Terapia do Esquema. Assim, ressalta-se a importância de avaliar de forma mais sistemática a eficácia das intervenções da TE no que diz respeito a vínculos afetivos abusivos.

Referências Bibliográficas

- Agência Patrícia Galvão. (2024). 2 em cada 10 brasileiras já foram ameaçadas de morte por parceiro ou ex. <https://agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/violencia-domestica/2-em-cada-10-brasileiras-ja-foram-ameacadas-de-morte-por-parceiro-ou-ex/>
- Algarves, C. P., Cardoso, B. L. A., & Paim, K. (2023). Esquemas iniciais desadaptativos de mulheres em situação de violência por parceiro íntimo. *Revista Brasileira de Terapias Cognitivas*, 19(2), 151–161. <https://doi.org/10.5935/1808-5687.20230019>
- Barbosa, T. P., Corrêa, M. A., Zimmer, M., & Paludo, S. dos S. (2019). Domínios esquemáticos apresentados por mulheres em situação de violência conjugal. *Revista de Psicologia da IMED*, 11(2), 51–68. <https://doi.org/10.18256/2175-5027.2019.v11i2.2982>
- Bif, S. M., Bragança, J. de P., Sales, C. R., Azzalin, M. B., Lise, A. P. de A., Hummel, M. E. B., Bif, R. M., & Vilela, A. dos A. (2024). Impactos psicológicos da violência contra a mulher no Brasil: Uma análise de 2013 a 2023. *Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences*, 6(8), 659–666. <https://doi.org/10.36557/2674-8169.2024v6n8p659-666>
- Brasil. (2006). Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/lei/11340.htm
- Brasil. (2015). Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/13104.htm
- Brasil. Ministério das Mulheres. (2025). Sancionada a lei que aumenta a pena para violência psicológica contra a mulher com uso de IA. <https://www.gov.br/mulheres/pt-br/central-de-conteudos/noticias/2025/abril/sancionada-a-lei-que-aumenta-a-pena-para-violencia-psicologica-contra-a-mulher-com-uso-de-ia>

- Cardoso, B. L. A., & Paim, K. (2023). Armadilhas da química amorosa. *Artmed*.
- Dams-O'Connor, K., Seifert, A. C., Crary, J. F., Delman, B. N., Del Bigio, M. R., Kovacs, G. G., Lee, E. B., Nolan, A. L., Pruyser, A., Selmanovic, E., Stewart, W., Woodoff-Leith, E., & Folkerth, R. D. (2023). The neuropathology of intimate partner violence. *Acta Neuropathologica*, 146(6), 803–815. <https://doi.org/10.1007/s00401-023-02646-1>
- Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo. (2024, 1 de agosto). Mais de 250 mil casos de violência doméstica são registrados no Brasil em 2023. <https://www.defensoria.es.def.br/mais-de-250-mil-casos-de-violencia-domestica-sao-registrados-no-brasil-em-2023/>
- De Jesus, C. T., & Alves, S. F. de S. (2025). Dependência emocional: Permanência de mulheres em relacionamentos abusivos. *Revista Foco*, 18(4), e8291. <https://doi.org/10.54751/revistafoco.v18n4-115>
- De Sousa, F., & Schütz, G. (2023). Motivações para o rompimento do ciclo de violência em mulheres acolhidas na Sala Lilás do Instituto Médico Legal do Centro do Rio de Janeiro no contexto pandêmico de Covid-19. *Saúde em Debate*, 47(esp. 1), e9097. <https://doi.org/10.1590/2358-28982023E19097P>
- Fluza, W. M., & de Godoy, R. F. (2021). Esquemas iniciais desadaptativos em adultos brasileiros: Revisão narrativa da literatura. *PSI UNISC*, 5(2), 59–77. <https://doi.org/10.17058/psiunisc.v5i2.16416>
- Göttems, D. H., & Torman, R. (2024). Violência psicológica: Silêncio e invisibilidade, até quando?. *Revista Extensão em Foco*, 32. <https://doi.org/10.5380/ef.v0i32.90265>
- Lima, C. M., & Santos, N. M. dos. (2022). Impactos psicológicos causados pela violência doméstica: Revisão integrativa de literatura. *Research, Society and Development*, 11(14), e454111436649. <https://doi.org/10.33448/rsd-v11i14.36649>
- Lima, N. P., Rivera, M. F. de A., Schraiber, L. B., Pereira, S., Aguiar, J. M. de, Graglia, C. G.

V., Kalichman, B. D., Reis, M. S. dos, & d'Oliveira, A. F. P. L. (2025). A supervisão como aprimoramento do cuidado na Atenção Primária às mulheres em situação de violência doméstica. *Trabalho, Educação e Saúde*, 23, e02983281. <https://doi.org/10.1590/1981-7746-ojs2983>

Magalhães, R. S. R., Monteiro, S. C., de Azevedo, R. L. W., & Ferreira, E. H. M. (2022). Relacionamentos abusivos à luz da terapia dos esquemas: Uma revisão sistemática. *Research, Society and Development*, 11(14), e291111436131. <https://doi.org/10.33448/rsd-v11i14.36131>

Mascarenha M. D. M., Tomaz, G. R., Meneses, G. M. S. de, Rodrigues, M. T. P., Pereira, V. O. de M., & Corassa, R. B. (2020). Análise das notificações de violência por parceiro íntimo contra mulheres, Brasil, 2011-2017. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, 23(Supl. 1), e200007. <https://doi.org/10.1590/1980-549720200007.supl.1>

Mol, F. D., & Gazzola, L. P. L. (2024). Violência contra a mulher: Um estudo sobre o patriarcado enraizado nas estruturas familiares. *Perspectivas em Medicina Legal e Perícia Médica*, 9, e240205. <https://doi.org/10.47005/240205>

Monteiro, S. C., Magalhães, R. S. R., & de Azevedo, R. L. W. (2022). A permanência de mulheres em relacionamentos abusivos à luz da Terapia dos Esquemas. *Research, Society and Development*, 11(16), e113111637417. <https://doi.org/10.33448/rsd-v11i16.37417>

Organização das Nações Unidas Mulheres, Brasil. ONU. (2024). Cinco fatos sobre o feminicídio. <https://www.onumulheres.org.br/noticias/cinco-fatos-sobre-o-feminicidio/>

Organização Pan-Americana da Saúde. OPAS. (2021, 9 de março). Devastadoramente generalizada: 1 em cada 3 mulheres em todo o mundo sofre violência. <https://www.paho.org/pt/noticias/9-3-2021-devastadoramente-generalizada-1-em-cada-3-mulheres-em-todo-mundo-sofre-violencia>

Organização Pan-Americana da Saúde. OPAS. (2025, 19 de novembro). Violência contra as mulheres é generalizada nas Américas, segundo novas estimativas.

<https://www.paho.org/pt/noticias/19-11-2025-violencia-contra-mulheres-e-generalizada-nas-americas-segundo-novas-estimativas>

Paim, K., Madalena, M., & Falcke, D. (2012). Esquemas iniciais desadaptativos na violência conjugal. *Revista Brasileira de Terapias Cognitivas*, 8(1), 36-44.

<https://doi.org/10.5935/1808-5687.20120005>

Pilkington, P. D., Noonan, C., May, T., Younan, R., & Holt, R. A. (2021). Early maladaptive schemas and intimate partner violence victimization and perpetration: A systematic review and meta-analysis. *Clinical Psychology & Psychotherapy*, 28(5), 1030–1042.

<https://doi.org/10.1002/cpp.2558>

Resende de Melo, S., de França Santos, K., Costa Mota, R., & Ribeiro Cardoso, H. (2024).

Dependência econômica como um dos fatores de continuidade do ciclo de violência contra a mulher: Aspectos regionais do município de Estância/SE. *Interfaces Científicas - Humanas e Sociais*, 12(2), 455–469. <https://doi.org/10.17564/2316-3801.2024v12n2p455-469>

Santos, A. C. L. (2018). Representações sociais do homicídio de mulheres no Jornal Zero Hora [Dissertação de mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul]. *Repositório Institucional da PUCRS*. <https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/8246>

Tanizaka, H., Bovenzo Filho, C. E., Furquim, G. T., Frugoli, R., & Benincasa, M. (2021). As dores do “amor”: Uma revisão sistemática sobre as consequências da violência por parceiro íntimo. *PsicolArgum*, 39. <https://doi.org/10.7213/psicolargum39.105.AO11>

Toledo, C. M. B., & Peixoto, A. C. de A. (2024). Esquemas iniciais desadaptativos e modos esquemáticos em mulheres vítimas de violência doméstica. *Mosaico: Estudos em Psicologia*, 12(1), 117–128. <https://periodicos.ufmg.br/index.php/mosaico/article/view/52015>

Vasconcelos, N. M. de, Bernal, R. T. I., de Souza, J. B., Bordoni, P. H. C., Stein, C., Coll, C. de V. N., Murray, J., & Malta, D. C. (2024). Subnotificação de violência contra as mulheres: Uma análise de duas fontes de dados. *Ciência & Saúde Coletiva*, 29(10),

e07732023. <https://doi.org/10.1590/1413-812320242910.07732023>

Viana, D. S., & Costa, M. do S. M. (2024). A cultura do patriarcado no Brasil: Da violência doméstica ao feminicídio. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, 10(5). <https://doi.org/10.51891/rease.v10i5.13935>

Wainer, R., Paim, K., Erdos, R., & Andriola, R. (2016). Terapia cognitiva focada em esquemas: Integração em psicoterapia. *Artmed*.

Walker, L. E. (1979). *The battered woman*. New York, NY: *Harper and Row*.

World Health Organization. (2022). Violence info: Intimate partner violence.
<https://apps.who.int/violence-info/intimate-partner-violence>

Young, J. E., Klosko, J. S., & Weishaar, M. E. (2008). Terapia do esquema: Guia de técnicas cognitivo-comportamentais inovadoras. *Artmed*.

Zhang, K., Hu, X., Ma, L., Xie, Q., Wang, Z., Fan, C., & Li, X. (2023). The efficacy of schema therapy for personality disorders: A systematic review and meta-analysis. *Nordic Journal of Psychiatry*. <https://doi.org/10.1080/08039488.2023.2228304>

Zibenberg, D., & Costa, L. B. de M. da F. (2024). O que é abusivo: Uma revisão sobre relacionamentos abusivos. In *Psicologia e Cultura: Abordagens, reflexões e implicações da psicologia na sociedade contemporânea* (Vol. 1). Editora e-Publicar. <https://doi.org/10.47402/ed.ep.c2311283289>